



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Ato GP nº 03/2007, de 25/05/2007

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000,

R E S O L V E publicar o quadro “Demonstrativo da Despesa com Pessoal”, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2006 a abril de 2007.

ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO
Juiz Presidente do Tribunal



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2006 A ABRIL/2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	847.226	16.592	863.818
Pessoal Ativo	572.275	13.073	585.348
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.459	0	1.459
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	2.618	10.584	13.202
Demais Despesas com Pessoal Ativo	568.198	2.489	570.687
Pessoal Inativo e Pensionistas	274.951	3.519	278.470
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	245.569	12.482	258.051
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	7.673	10.584	18.257
Despesas de Exercícios Anteriores	21.396	1.898	23.294
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	216.500	0	216.500
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)	601.657	4.110	605.767
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			357.359.177
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,168362%	0,001150%	0,169512%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,365117%		1.304.779
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,346861%		1.239.540

FONTE : SIAFI e SCI/SCOF/TRT 2ª Região

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- No item "Sentenças Judiciais com Precatórios de outros Órgãos", foram consideradas as despesas com Precatórios da Administração Direta, classificadas nos itens de despesa 33190.91.05 - R\$ 1.794 e 33190.91.98 - R\$ 10.584 (em milhares), totalizando 12.378 (em milhares), e as despesas com Sentenças de Pequeno Valor, classificadas no item 33190.91.06, no montante de R\$ 824 (em milhares).
- Na despesa com Pessoal, não foram considerados os montantes de R\$ 12.229 e R\$ 1.000 (em milhares), totalizando R\$ 13.229 (em milhares), referentes aos "Destques", destinados aos pagamentos de Precatórios da Administração Indireta, classificados nos itens de despesa 33190.91.07 e 33190.91.98, respectivamente, tendo em vista o disposto na Portaria nº 632/2006 da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como na determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO

Juiz Presidente do TRT 2ª Região

RUBENS PARENTE JUNIOR

Diretor Geral da Administração

NIVALDO CATANIA

Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

RITA KOTOMI YURI

Diretora da Secretaria de Controle Interno